

## Supermercado Superpão S.A.

CNPJ nº 77.883.320/0001-61

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo Circulante	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	5	91.865	57.719	Fornecedores	14	124.886	231.020
Contas a receber	6	65.709	107.751	Contas a pagar	15	12.754	5.379
Estoque	7	120.378	185.119	Empréstimos e financiamentos	15	22.351	28.979
Impostos a recuperar	9	39.044	60.492	Passivo de arrendamento	13	10.901	14.449
Imposto de renda e contribuição social	21	763	-	Obrigações sociais e trabalhistas	8	20.157	33.352
Contas a receber de partes relacionadas	8	19.776	-	Mútuos e AFAC	8	2.178	8.904
Outros créditos		34.003	2.574	Identificações e contas a pagar parte relacionada	9	11.485	15.608
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>371.588</b>	<b>413.655</b>	Impostos a recolher	21	-	830
<b>Não circulante</b>				Imposto de renda e contribuição social			
Realizável a longo prazo				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>204.712</b>	<b>345.234</b>
Depósitos judiciais	10	7.391	7.876	<b>Patrimônio líquido</b>			
Identificações a receber	8	19.493	45.650	Empréstimos e financiamentos	15	-	22.151
Impostos diferidos	21	18.388	115.005	Passivo de arrendamento	13	136.526	217.315
Instrumentos financeiros derivativos		-	570	Provisões	7	7.249	7.248
Outros créditos		223	252	Provisões para contingências	16	15.674	38.426
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>45.495</b>	<b>169.363</b>	Imposto de renda e contribuição social	21	3.286	6.439
Imobilizado	11	189.520	284.924	Imposto de renda e contribuição social diferido	21	29.350	20.760
Intangível	12	7.968	210.953	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>192.085</b>	<b>312.339</b>
Ativos de direito de uso	13	121.371	211.731	Capital social	17	507.371	507.371
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>318.859</b>	<b>707.608</b>	Reserva de lucros	17	-	125.672
<b>Total do ativo</b>		<b>735.942</b>	<b>1.290.616</b>	Prejuízos acumulados		(168.226)	-
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>339.145</b>	<b>633.043</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>735.942</b>	<b>1.290.616</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	18	1.473.532	1.799.874
Custo das mercadorias	19	(1.114.631)	(1.329.128)
<b>Lucro bruto</b>		<b>358.901</b>	<b>470.746</b>
Despesas com vendas	19	(320.639)	(350.336)
Despesas gerais e administrativas	19	(39.759)	(60.218)
Outras receitas operacionais	19	41.104	38.945
Outras despesas operacionais	19	(201.338)	(17.809)
<b>Resultado antes das despesas (despesas)</b>		<b>(161.720)</b>	<b>81.268</b>
Despesas financeiras	20	16.407	12.443
Despesas financeiras	20	(29.586)	(33.401)
Resultado financeiro líquido	20	(13.179)	(20.958)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(174.899)</b>	<b>60.310</b>
Imposto de renda e contribuição correntes	21	(84)	(2.596)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	(105.207)	6.573
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>(280.190)</b>	<b>64.287</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo (lucro) líquido do exercício		(280.190)	64.287
Outros resultados abrangentes		(280.190)	64.287
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>(280.190)</b>	<b>64.287</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo (lucro) líquido do exercício		(280.190)	64.287
<b>Ajustes para:</b>			
Depreciação e amortização	11 e 12	35.080	32.565
Depreciação do arrendamento mercantil	13	19.246	24.267
Imposto de renda e contribuição social	21	84	2.596
Imposto de renda e contribuição diferidos	21	105.207	(6.573)
Juros apropriados do passivo arrendamento	13	19.323	21.897
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	15	5.700	8.329
Juros sobre contratos de mútuos	8	1.947	713
Impairment de ativos	11 e 12	201.338	(163)
Provisões		(2.649)	(845)
Provisões para contingências	16	(25.905)	(22.925)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	410	2.246
Baixa de ativos imobilizados	11	(29.270)	1.109
Instrumentos financeiros		(866)	(1.229)
Provisão para perdas de estoques	7	(866)	(1.229)
<b>Variáveis em:</b>			
Contas a receber	6	41.632	8.773
Estoques	7	65.607	(13.524)
Impostos a recuperar	9	21.398	(37.768)
Outros créditos	10	665	10.179
Identificações	8	(9.649)	(13.410)
Fornecedores	14	(103.691)	22.641
Obrigações sociais e trabalhistas		(10.545)	896
Impostos a recolher	9	(4.125)	11.635
Contas a pagar		(3.597)	(10.873)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>36.269</b>	<b>127.577</b>
Impostos pagos sobre o lucro		(1.675)	(1.184)
Juros pagos no financiamento, passivo de arrendamento e mútuos	8, 13 e 15	(8.718)	(10.889)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de operação</b>		<b>25.876</b>	<b>115.504</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(76.761)	(44.648)
<b>Caixa utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(76.761)</b>	<b>(44.648)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento do principal do passivo de arrendamento e principal de empréstimos e financiamentos	13	(32.808)	(37.007)
Pagamento de mútuos	15	(28.970)	(50.043)
Pagamento de mútuos	8	(6.713)	15.375
<b>Caixa líquido utilizado proveniente das atividades de financiamento</b>		<b>(68.491)</b>	<b>(71.675)</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>34.146</b>	<b>(819)</b>
Caixa e equivalentes no final do exercício	5	57.719	53.338
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(34.146)	(819)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucros (prejuízos) acumulados	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>						
Aumento de capital	17.1	73.097	-	-	-	73.097
Lucro líquido do exercício		-	-	-	64.287	64.287
Incentivos fiscais	17.5	-	-	43.898	(20.389)	(20.389)
Transferências de retenção de lucros		-	17.175	-	-	17.175
<b>Destinações:</b>						
Reserva legal	17.2	3.214	-	-	-	3.214
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-
<b>Outras transações acionistas:</b>						
Identificações	17.4	-	(17.175)	-	-	(17.175)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>507.371</b>	<b>10.244</b>	<b>115.428</b>	<b>633.043</b>	<b>633.043</b>
Prejuízo líquido do exercício	17.5	-	-	(101.720)	(280.190)	(280.190)
Incentivos fiscais		-	-	-	101.720	101.720
<b>Destinações:</b>						
Reserva legal	17.2	(10.244)	-	-	10.244	-
<b>Outras transações acionistas:</b>						
Operações com partes relacionadas	17.4	-	-	16.378	-	16.378
Identificações		-	-	(30.086)	-	(30.086)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>507.371</b>	<b>10.244</b>	<b>115.428</b>	<b>633.043</b>	<b>633.043</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** O Supermercado Superpão S.A. ("Companhia" e/ou "Superpão"), sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Guaiara, 5555 - Guarapuava-PR, tem por objeto social o comércio varejista de mercadorias em geral, com destaque para alimentos perecíveis. Além desta atividade principal e predominante, a Companhia explora também o comércio atacadista. Todas estas atividades encontram-se devidamente elencadas em seu contrato social. A Companhia conta com 29 unidades, sendo 23 lojas que exploram a atividade de supermercados, 3 unidades operando nas vendas de atacado, duas centrais de distribuição para abastecimento de todas as lojas e uma central onde se concentra toda a parte Administrativa, Financeira e Comercial da Companhia. As unidades mencionadas anteriormente estão localizadas nas seguintes cidades: Guarapuava/PR, Coronel Vivida/PR, Pitanga/PR, Pinhão/PR, São Mateus do Sul/PR, Palmas/PR, Pato Branco/PR, União da Vitória/PR, Prudentópolis/PR, Porto União/SC, São Bento do Sul/SC e Rio Negrinho/SC no atacado e no varejo. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas: (a) Utilizando políticas e práticas contábeis consistentes com as demonstrações financeiras de períodos comparáveis; (b) Em milhares de Reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Companhia, exceto se expresso de outra forma; (c) Considera todas as informações relevantes próprias e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia; (d) Com base no custo histórico. Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela diretoria em 27 de fevereiro de 2026. **3. Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **3.1 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos. **3.1.1 Julgamentos:** Os julgamentos sobre ativos passivos e resultados. Para isso, a Administração da Companhia utiliza as melhores informações disponíveis na data base da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. **3.1.2 Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis; **Nota explicativa 21 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro;** e **Nota explicativa 16 - Reconhecimento e mensuração de provisões para processos judiciais:** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; **3.2 Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa 22 - Instrumentos financeiros;** **3.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelos saldos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo com vencimento até 90 dias, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. Os investimentos e aplicações financeiras que não se enquadram na classificação de caixa e equivalentes de caixa são apresentados como aplicações financeiras em rubrica segregada no balanço patrimonial. A classificação dos instrumentos financeiros ativos ocorreu conforme os modelos de gerenciamento da Companhia e está apresentada na nota explicativa nº 22. **3.4 Contas a receber de clientes:** Contas a receber de clientes representam valores a receber pela venda de produtos pela Companhia, sendo registrados pelo valor nominal faturado na data da venda. A Companhia adota uma política de liberação de crédito para os clientes conveniados, o que diminui a inadimplência do contas a receber de revenda das mercadorias nos supermercados, sendo a provisão realizada com base no percentual de perdas históricas calculado sobre o saldo em aberto de contas a receber. O montante da provisão de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber. **3.5 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques para a condição de venda nas lojas. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) custo da mercadoria; e (iii) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, as quais são periodicamente analisadas com base em estimativas históricas e avaliadas quanto a sua adequação. **3.6 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 Provisões. Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Subvenções governamentais para investimento são reconhecidas como reduções de impostos sobre as vendas, quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. **3.6.1 Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o

imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado a cada exercício. Os pagamentos ou recebidos que refletem as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compostos somente se certos critérios forem atendidos. **3.6.2 Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos anos de negócios ativos fiscais diferidos não utilizados. Os lucros tributáveis e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionadas ao tributo não amortizado, se houver. A mensuração do valor justo quando indicado. A amortização de consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.7 Arrendamentos:** A Companhia reconhece no balanço patrimonial um ativo de direito de uso e o respectivo passivo de arrendamento a pagar calculados no período, presente das parcelas futuras, descontadas pela taxa de empréstimo incremental da Companhia, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento. A mensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado, considerando, se for o caso, as sanções previstas em cláusulas contratuais. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **3.8 Imobilizado; Reconhecimento e mensuração:** Itens de imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. **Custos subseqüentes:** Custos subseqüentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado do exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Móveis e utensílios: 5 a 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Instalações: 10 anos; • Veículos: 5 anos; • Benefícios em imóveis de terceiros: 5 a 25 anos; • Edificações: 25 anos; • Comunicação visual: 10 anos. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando há benefícios econômicos futuros resultantes do uso da alienação, (por exemplo, na data que o receptor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **3.9 Ativos intangíveis e ágio: Reconhecimento e mensuração:** Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são reconhecidos seguindo os critérios abaixo: • Ágios por expectativa de rentabilidade futura ("ágio") são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e dos passivos assumidos da entidade adquirenta. Os ágios são avaliados anualmente ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados às unidades geradoras de caixa, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de teste de recuperabilidade. Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como softwares, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente, conforme sua vida útil, e são revisados anualmente. **Gastos subseqüentes:** Os gastos subseqüentes são capitalizados somente quando eles aumentam o benefício econômico futuro incorporado ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. As vidas úteis estimadas são as seguintes: • Software: 5 anos; • Marcas com vida útil definida: 20 anos; • Fundo de comércio: 10 a 20 anos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **Baixa:** Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o saldo contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. **3.10 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.11 Verbas comerciais de fornecedores:** As verbas comerciais recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos contratos e acordos assinados entre a Companhia e os fornecedores, registradas no resultado quando os correspondentes estoques são recebidos no Centro de Distribuição ou Lojas. Outros tipos de verbas comerciais são levados a resultado quando da venda das

**continuação**

descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:
  - e pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito; a Companhia tem recorra a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
  - O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.
- **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimadas pela probabilidade de perdas de crédito, após as perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todos os insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação.** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros são baixados devido a problemas de recuperação. Quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:
  - Dificuldades financeiras significativas do devedor;
  - Queda de cláusulas contratuais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
  - Reestruturação de um valor devido a empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
  - A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
  - O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

**Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial.** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros são baixados ainda estão sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma perda, a perda é reconhecida e o risco de crédito do ativo é estimado. No caso do UGC, uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ativo não revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.20 Transações em moeda estrangeira:** Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data em que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para o Real, de acordo com a cotação das respectivas moedas no encerramento dos exercícios. Diferenças oriundas do pagamento ou da tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado. **3.21 Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **3.21.1 Ativo financeiro:** **a. Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os valores a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos no resultado. **b. Mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR (valor justo por meio do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
 

- e mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter os fluxos de caixa para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro em outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. **c. Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são disponibilizadas à Administração. As informações consideradas incluem:
  - As políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldos esperados de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
  - Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
  - Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
  - Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos financeiros ou nos fluxos de caixa contratuais em quantidade, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento de pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **d. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como o valor justo do contrato de dinheiro no tempo e pelo valor de crédito adicional por meio do valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:
    - Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
    - Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
    - O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
    - Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseadas na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **e. Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **d. Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificados são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **e. Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.21.3 Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. **3.22 Classificação dos ativos e passivos como circulares e não circulares:** A Companhia apresenta os ativos e passivos na demonstração financeira baseada na classificação de circular e não circular. O ativo deve ser classificado como circular quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:
 

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço;
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa);
- A menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Todos os demais ativos devem ser classificados como não circulares. O passivo deve ser classificado como circular quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:
  - Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
  - Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
  - Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço;
  - A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Todos os outros passivos devem ser classificados como não circulares. Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como "não circulares", líquidos por entidade legal, conforme prevê o CPC32. **4 Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Normas Contábeis e as novas interpretações de pronunciamentos emitidos a partir do exercício corrente:** Em 2025, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2025. As principais alterações são:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações no CPC 02	Determinar se uma moeda é conversível e como deve ser determinada uma taxa de câmbio à vista quando da falta de conversibilidade.	01/01/2025

A adoção dessas normas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **4.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes.** A Companhia não adotou antecipadamente as novas normas dos CPCs e. A seguir as principais revisões já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 40 (R1) e CPC 48	Melhora nos critérios de reconhecimento, desreconhecimento e divulgação nos Instrumentos Financeiros.	01/01/2026
Alterações ao CPC 40 (R1) e CPC 48	Contratos que referenciem a natureza dependente da natureza.	01/01/2026
Alterações ao CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	A data de vigência ainda não foi definida pelo IASB

Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia em virtude dessas alterações aplicáveis até 2026. As normas em vigor após essa data ainda serão avaliadas. **5. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2025	2024
Caixa e bancos	5.101	47.342
Aplicações financeiras (a)	8.764	10.238
	<b>91.865</b>	<b>57.719</b>

(a) As aplicações financeiras referem-se, substancialmente a fundo de renda fixa indexadas a taxas que variam de 89% a 100% (70% a 110% em 2024) do Certificado de depósito interbancário - CDI com liquidez diária.

	2025	2024
Cartões de créditos e débitos a receber	46.878	71.825
Contas a receber diversos	21.535	38.220
(-) Provisão para perda de créditos esperadas	(2.704)	(2.294)
	<b>65.709</b>	<b>107.751</b>

O saldo de contas a receber está representado, basicamente, pelo valor a receber das administradoras de cartões de créditos e débitos. O remanescente da carteira é formado principalmente por verbos comerciais a receber de fornecedores e outras vendas a prazo. O contas a receber, antes da redução da provisão para perda de créditos estimada, apresenta a composição por período de vencimento conforme a seguir:

	2025	2024
A vencer	59.124	90.307
Até 30 dias	4.652	14.009
Entre 31 e 90 dias	1.581	2.880
Entre 91 e 180 dias	1.270	2.092
Entre 181 e 360 dias	768	610
Acima de 360 dias	1.018	1.717
	<b>68.413</b>	<b>110.045</b>

A Companhia adota uma política de liberação de crédito para os clientes conveniados, o que diminui a inadimplência do contas a receber de revenda das mercadorias nos supermercados, sendo a provisão realizada com base no percentual de perdas históricas calculado sobre o saldo em aberto de contas a receber. Abaixo a movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa:

	2025	2024
Saldo inicial	(2.294)	(48)
Adições e reversões	(410)	(2.246)
Saldo final	<b>(2.704)</b>	<b>(2.294)</b>

**Garantias:** Em 31 de dezembro de 2025, títulos com valor contábil de R\$ 7.816 mil (R\$ 31.441 mil em 2024) foram dados em garantias para garantir empréstimos bancários.

	2025	2024
Mercadorias para revenda	117.991	183.345
Outros estoques	2.387	1.774
	<b>120.378</b>	<b>185.119</b>

Na medida em que são apuradas eventuais perdas no estoque, seu registro é realizado por meio da baixa dos correspondentes itens de estoque para o resultado. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu provisão considerando o histórico efetivo das perdas mensais. A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada abaixo:

	2025	2024
Saldo inicial	1.978	3.207
Adições e reversões	(866)	(1.229)
Saldo final	<b>1.112</b>	<b>1.978</b>

conjunto. Como resultado desses testes, foi reconhecida perda por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado no montante de R\$ 7.594, registrada no resultado do exercício, na rubrica de outras despesas operacionais (ou custo/despesa operacional, conforme aplicável). **11.3 Garantias:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui ativos imobilizados dados em garantia. **11.4 Movimentação:**

	Saldo em 31/12/2024	Transferência IFRS 16	Impairment	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Móveis e utensílios	4.089	-	-	1.277	(3.137)	(1.434)	(3.275)	20.751
Máquinas e equipamentos	12.703	7.006	-	1.258	(5.050)	1.199	(3.662)	13.473
Equipamentos de informática	7.154	1.553	-	3.799	(2.379)	377	(4.206)	3.757
Equipamentos de refrigeração	35.307	-	-	503	(15.289)	(1.166)	(4.328)	18.323
Equipamentos panificação	5.921	1.019	-	316	(2.376)	444	(1.279)	4.232
Outros equipamentos	4.199	-	-	123	(2.027)	8	(514)	2.058
Instalações elétricas	1.126	-	-	861	(1.347)	690	(247)	345
Comunicação visual	5.861	-	-	-	(2.067)	201	(746)	4.110
Veículos	2.415	86	-	-	(26)	-	(1.202)	1.273
Benefitória em imóveis de terceiros	167.105	-	-	16.168	(55.458)	115	(6.734)	121.978
Máq. e equipamentos (Mais-Valias)	89	-	(7.594)	-	-	-	(1.670)	11.891
	<b>284.924</b>	<b>13.640</b>	<b>(7.594)</b>	<b>28.374</b>	<b>(101.781)</b>	<b>-</b>	<b>(27.863)</b>	<b>189.520</b>
	<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferência</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2024</b>		
Móveis e utensílios	31.450	5.314	-	(3.506)	(2.526)	30.732		
Máquinas e equipamentos	16.511	2.371	-	(3.463)	(2.630)	12.703		
Equipamentos de informática	7.648	1.745	-	(145)	(2.876)	7.154		
Equipamentos de refrigeração	27.492	5.751	-	(110)	(7.041)	(4.867)		
Equipamentos panificação	4.728	1.220	-	(4)	1.508	(1.531)		
Outros equipamentos	4.715	341	-	(476)	1.612	(1.483)		
Instalações elétricas	118	63	-	(7)	1.070	(118)		
Comunicação visual	3.574	2.912	-	(54)	8	1.206		
Veículos	3.414	207	-	(175)	-	(1.206)		
Benefitória em imóveis de terceiros	152.839	19.690	-	-	1.450	(6.699)		
Máq. e equipamentos (Mais-Valias)	13.675	-	-	-	-	(1.784)		
Imobilizado em andamento	6.502	-	-	-	(6.502)	-		
	<b>272.666</b>	<b>39.614</b>	<b>(1.057)</b>	<b>-</b>	<b>(26.299)</b>	<b>284.924</b>		<b>284.924</b>

	Ativo	2025	2024
<b>8. Partes relacionadas</b>			
<b>Outas contas a receber de partes relacionadas</b>			
SMR Participações e Investimentos S.A.	964	-	-
Companhia Sulamericana de Distribuição (a)	18.812	-	-
	19.776	-	-
<b>Indenizações a receber (b)</b>	19.493	45.650	
Circulante	19.776	-	-
Não circulante	19.493	45.650	
	<b>Passivo</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>

Mútuos			
SMR Participações e Investimentos S.A.(c)	-	6.713	-
	-	6.713	-
<b>Indenizações a pagar</b>			
SPO Holding S.A. ("SPO") (d)	-	5.717	-
	-	5.717	-
<b>Contas a pagar</b>			
SMR Participações e Investimentos S.A (e)	1.830	3.187	
Companhia Sulamericana de Distribuição	348	-	
	2.178	3.187	
	<b>2.178</b>	<b>15.611</b>	
	2.178	15.611	
Circulante	-	-	-
Não circulante	-	-	-
Movimentação dos saldos de mútuos e AFAC:			
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	
Saldo inicial	6.713	63.722	
Juros sobre contratos de mútuos	1.947	713	
AFACs recebidos	-	15.376	
Pagamento de mútuos	(6.713)	-	
Pagamento de juros	(1.947)	-	
Aumento de capital por AFAC	-	(73.097)	
Saldo final	-	6.713	

(a) Refere-se ao contas a receber da Companhia Sulamericana de Distribuição pela venda de ativos imobilizados. (b) Refere-se a indenizações que a Companhia irá receber de seus acionistas (reembolso), devido a contingências e despesas incorridas pela Companhia, que tiveram seu fato gerador nos períodos anteriores a aquisição da Companhia pelo Supermercado Germânia Ltda e pela SMR Participações e Investimentos S.A., de acordo com o contrato de compra e venda firmado entre as partes. Portanto, a Administração registrou um ativo indenizável a receber dos seus acionistas, e por se tratar de transações entre acionistas, o registro foi em contrapartida do patrimônio líquido. (c) Em 2023 a Companhia firmou contrato de mútuo com SMR Participações e Investimentos S.A. no valor de R\$ 6.000. O montante sofreu atualização monetária de, R\$ 1.947 em 2025 (R\$713 em 2024) e, foi quitado em 2025. (d) Superintências a pagar para os acionistas minoritários (SPO) decorrentes de créditos fiscais registrados e compensados pela companhia sobre fatos anteriores a 14 de setembro de 2021 (data em que SPO vendeu 51% de sua participação societária no Supermercado Germânia Ltda). Por se tratar de transações entre acionistas, o registro foi em contrapartida do patrimônio líquido. (e) Nota de débito a pagar relacionado a contrato de compartilhamento de despesas com a SMR holding. **Remuneração da Administração:** O pessoal-chave da Administração são os diretores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração foi de R\$ 6.196 (R\$ 3.264 em 31 de dezembro 2024). **Controladores:** A Companhia é controlada pela SMR Holding S.A. (controladora direta) e pelo Patrí Private Equity VI Fundo de investimento em Participações Multiestratégia (controladora indireta).

	2025	2024
<b>9. Impostos a recolher e a recuperar</b>		
<b>A recuperar:</b>		
ICMS a recuperar	24.738	12.021
PIS e COFINS a recuperar	12.868	46.163
Outros impostos a recuperar	1.488	2.308
	<b>39.094</b>	<b>60.492</b>
	<b>2025</b>	<b>2024</b>

	2025	2024
<b>A recolher:</b>		
PIS/COFINS a recolher	1.700	8.374
IRF a recolher	638	814
ICMS a recolher	1.019	4.006
Outros impostos a recolher	8.128	2.414
	<b>11.485</b>	<b>15.608</b>

	2025	2024
<b>10. Depósitos judiciais</b>		
PIS/COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo	82	82
FAP/SAT (a)	4.487	4.484
Outros Depósitos (b)	2.822	3.310
	<b>7.391</b>	<b>7.876</b>

(a) Refere-se a depósitos judiciais feitos à época do PAES (parcelamento federal) e que serão compensados da conta do RE-FIS federal. Parte destes valores estão reconhecidos como direito da Companhia. Entretanto, não foi feita a baixa contábil, pois a Companhia ainda discute uma diferença de correção destes valores. Desta forma, encontram-se registrados os depósitos judiciais, bem como o saldo do RE-FIS. (b) Correspondem a recurso voluntário interposto perante a Receita Federal do Brasil, bem como ações trabalhistas e cíveis.

	2025	2024	
<b>11. Imobilizado: 11.1 Composição:</b>			
	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>
Móveis e			

**12. Intangível: 12.1 Composição:**

	2025		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Marcas e patentes	83	-	83
Pontos comerciais	29.487	(25.005)	4.482
Softwares	5.064	(2.712)	2.352
Ativo em desenvolvimento	301	-	301
	<b>35.685</b>	<b>(27.717)</b>	<b>7.968</b>

  

	2024		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Marcas e patentes	126.331	-	126.331
Pontos comerciais	92.308	(14.377)	77.931
Softwares	24.934	(21.748)	3.186
Ativo em desenvolvimento	5.288	(1.783)	3.505
	<b>248.861</b>	<b>(37.908)</b>	<b>210.953</b>

**12.2 Movimentação:**

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Ágio	126.331	-	-	-	-	126.331
Marcas e patentes	82.354	-	-	(4.423)	-	77.931
Pontos comerciais	4.478	-	-	(1.292)	-	3.186
Softwares	238	-	(52)	(551)	3.870	3.505
Em desenvolvimento	3.870	-	-	-	-	3.870
	<b>210.953</b>	<b>301</b>	<b>(2.325)</b>	<b>(7.217)</b>	<b>(193.744)</b>	<b>7.968</b>

**12.3 Teste de redução ao valor recuperável (impairment):** O teste de recuperação (impairment test) tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. A realização pode ser de forma direta ou indireta, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia. Anualmente a Companhia efetua o teste de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda de valor recuperável. O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o seu valor justo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa - UGC, exceto se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos. Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia (WACC) que reflete as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio adquirido por meio de combinações de negócios (pela incorporação do Germania) foi alocado às UGCs. O valor recuperável das UGCs é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração para os próximos oito anos. A taxa de desconto aplicada nas projeções de fluxo de caixa foi variável, tendendo a 13,98% no longo prazo. Os fluxos de caixa que excedem o período de oito anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 3,5%, compatível com a expectativa de inflação de longo prazo do Banco Central do Brasil. Para fins de divulgação, o valor contábil do ágio alocado à referida UGC na data-base era significativo em relação ao total de ativos da Companhia. Não foram identificados ativos intangíveis com vida útil indefinida relevantes alocados a essa UGC. As principais premissas utilizadas nas projeções incluem estimativas de crescimento de receitas, margens operacionais e investimentos necessários para manutenção das operações, baseadas no desempenho histórico e nas expectativas da Administração quanto às condições futuras de mercado. A Administração avaliou a sensibilidade das premissas-chave utilizadas e concluiu que alterações razoavelmente possíveis nessas premissas não resultariam em reversão das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no período. O teste de recuperabilidade foi realizado no nível da unidade geradora de caixa (UGC), considerando a participação societária da Companhia e os ativos alocados à referida unidade. O valor contábil da UGC, na proporção de 54,5%, totalizava R\$ 580.894, enquanto o valor recuperável estimado, com base nas demonstrações financeiras da UGC, era de R\$ 201.338, resultando em perda recuperável no montante total de R\$ 380.556. Em função da estrutura societária e da alocação dos ativos entre a investida operacional Superpó e sua controladora SMR Participações e Investimentos S.A., o impacto do impairment foi reconhecido de forma segregada nas demonstrações financeiras das respectivas entidades, conforme a natureza e titularidade dos ativos afetados. Nas demonstrações financeiras do Superpó, foram reconhecidas perdas por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 201.338, relacionadas ao imóvel, ágio e marcas e patentes. Adicionalmente, nas demonstrações financeiras da controladora SMR, foram reconhecidas perdas no montante de R\$ 145.344, referentes, substancialmente, à redução ao valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura e da mais-valia associada ao investimento. A diferença entre o valor total da perda apurada no teste de recuperabilidade da UGC e os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais decorre de arredondamentos e ajustes de alocação entre os ativos, não sendo material para fins de apresentação das demonstrações financeiras. As perdas por redução ao valor recuperável foram registradas no resultado do exercício. Após o reconhecimento do impairment, os valores contábeis dos ativos intangíveis passaram a refletir seus respectivos valores recuperáveis, conforme apurado nos testes realizados.

**13. Operação de arrendamento mercantil:** A Companhia arrenda móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, veículos, computadores e periféricos, nas principais cidades para instalações de lojas. Para arrendamentos que possuem cláusula de opção de renovação da vigência, a Companhia avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão e reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que entejam sob seu controle. A taxa média de desconto utilizada para cálculo dos contratos de imóveis é de 9,16% a.a. (mesma taxa de 2024).

**13.1 Ativo de direito de uso:**

	2025	2024
Saldo inicial	211.731	218.795
Adições e renovações	12.404	17.447
Baixa	(70.058)	(244)
Amortização	(19.246)	(24.267)
Reclassificação para imobilizado	(1.460)	-
Saldo final	<b>121.371</b>	<b>211.731</b>

**13.2 Passivo de arrendamento**

	2025	2024
Saldo no início	231.764	231.427
Adição e renovações	12.404	17.447
Baixas	(81.994)	(407)
Juros apropriados	19.323	21.897
Pagamento do principal	(32.808)	(37.007)
Pagamento dos juros	(1.262)	(1.593)
Saldo final	<b>147.427</b>	<b>231.764</b>
Circulante	10.901	14.449
Não circulante	136.526	217.315

**14. Fornecedores**

	2025	2024
Fornecedores de mercadorias	115.422	217.094
Fornecedores de imobilizado	2.093	4.536
Outros fornecedores	7.371	9.390
	<b>124.886</b>	<b>231.020</b>

**15. Empréstimos e financiamentos**

Modalidade	Indexador	Taxa de juros	Vencimento	2025	2024
Capital de Giro	CDI + IPCA + TJLP + Pré fixada	3,41%	2030	19	2.130
Notas Comerciais	CDI + Pré fixada	1,6%	2026	22.332	48.849
CDC	Pré fixada	8,24% a 10,02%	2026	-	151
				<b>22.351</b>	<b>51.130</b>
Circulante				22.351	28.979
Não circulante				-	22.151

A seguir o cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante:

	2025	2024
2026	-	22.151
2027	-	22.151
Acima de 2027	125.626	188.417
	<b>136.526</b>	<b>217.315</b>

**16. Fornecedores**

	2025	2024
Fornecedores de mercadorias	115.422	217.094
Fornecedores de imobilizado	2.093	4.536
Outros fornecedores	7.371	9.390
	<b>124.886</b>	<b>231.020</b>

**17. Empréstimos e financiamentos**

Modalidade	Indexador	Taxa de juros	Vencimento	2025	2024
Capital de Giro	CDI + IPCA + TJLP + Pré fixada	3,41%	2030	19	2.130
Notas Comerciais	CDI + Pré fixada	1,6%	2026	22.332	48.849
CDC	Pré fixada	8,24% a 10,02%	2026	-	151
				<b>22.351</b>	<b>51.130</b>
Circulante				22.351	28.979
Não circulante				-	22.151

EBTIDA deverá ser inferior a 3.5x em 31 de dezembro. Cláusulas contratuais restritivas de natureza não financeira também estão previstas nos contratos de financiamento. A Companhia monitora de forma constante o adequado cumprimento destas cláusulas, de forma a evitar qualquer vencimento antecipado das obrigações previstas nas cédulas de empréstimos bancários.

**16. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas:**

	2025	2024
Tributárias (a)	5.927	13.257
Trabalhistas (b)	9.747	25.169
	<b>15.674</b>	<b>38.426</b>

(a) Trata-se de provisões não materializadas (sem processos em aberto), sobre temas relacionados a ICMS, PIS, COFINS e ISS os quais a administração entende que existe risco de questionamento pelo fisco. (b) Os principais processos trabalhistas estão relacionados ao pagamento de encargos previdenciários incidentes sobre a remuneração de diretores e empregados, além desses, os demais processos representam reclamações trabalhistas de diversas naturezas como pagamento de horas extras, insalubridade, periculosidade e verbas rescisórias. O quadro abaixo apresenta as movimentações do saldo da provisão:

	2025	2024
Saldo no início	38.426	58.601
Adições e reversões	(22.752)	(20.175)
Saldo final	<b>15.674</b>	<b>38.426</b>

Adicionalmente, a Companhia possui outras ações de natureza tributárias, trabalhistas e cíveis, envolvendo risco de perda classificado como possível pela Administração e por seus consultores jurídicos externos, no montante de R\$ 60.436 (R\$ 1.954 em 31 de dezembro de 2024) para as quais nenhuma provisão foi constituída.

**17. Patrimônio líquido:** 17.1 Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era de R\$ 507.371 e estava representado por 109.334.291 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Distribuições conforme abaixo:

	2025	2024		
Acionistas:				
S.P.O. Brasil Holding S.A.	49.784.492	45,5%	49.784.492	45,5%
SMR Participações e Investimentos S.A.	59.549.799	54,5%	59.549.799	54,5%
	<b>109.334.291</b>	<b>100%</b>	<b>109.334.291</b>	<b>100%</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, houve as seguintes alterações no capital:

	Nº de ações	Valor
Em 31 de dezembro de 2023	100.909.201	434.274
Aumento de capital em 06/12/2024	8.425.090	73.097
Em 31 de dezembro de 2024	109.334.291	507.371
Em 31 de dezembro de 2025	109.334.291	507.371

**17.2 Reserva legal:** A reserva legal é constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em razão do prejuízo apurado no exercício, não houve constituição de reserva legal. Adicionalmente, o prejuízo do exercício foi parcialmente absorvido pela reserva legal existente, conforme permitido pelo art. 193, § 2º, da Lei nº 6.404/76. Em decorrência dessa absorção, o saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2025 passou a ser de R\$ 0 (R\$ 10.244 em 31 de dezembro de 2024).

**17.3 Dividendos:** O estatuto social da Companhia determina uma distribuição de dividendos mínimo obrigatório de 1% sobre o lucro do exercício. Em 2025 e 2024 Companhia não possuía reservas de lucros para distribuição de dividendos.

**17.4 Indenizações:** Refere-se a indenizações a receber e indenizações a pagar para sócios minoritários, relacionados a contingências e créditos tributários com trânsito em julgado, de fatos anteriores à data da venda de participação acionária do Superpó para o Germania e SMR (venda de 51% das ações da companhia, ocorrida em 14/09/2021). A companhia considera estas indenizações como transações de capital, registrando-as diretamente contra o patrimônio líquido.

**17.5 Reservas de incentivos fiscais:** Os valores que constituem o crédito fiscal são referentes ao ICMS incidente sobre as vendas, "Redução na base de cálculo do ICMS" e "isenção do ICMS" decorrente do convênio ICMS nº 100 de 1987, com respeito na Lei Complementar 160/2017. Nos termos do parágrafo 3º, do artigo 19 da Lei 12.973/2014, o montante dessa subvenção deverá ser destinado para a rubrica "Reserva de incentivo fiscal" quando houver lucro suficiente. Adicionalmente, nos termos da legislação vigente, esses incentivos fiscais deverão compor a base de cálculo dos tributos sobre o lucro quando da sua distribuição aos sócios. A Companhia usufruiu de benefício fiscal, decorrente do ajuste da receita subvencionada na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, conforme estabelecido pela Lei Complementar 160/2017, no valor de R\$ 307.609. Com o prejuízo apurado em 2025, o saldo da reserva de incentivos fiscais foi zerado, restando a obrigação de constituir a reserva total de R\$ 307.609. A medida que a Companhia obtiver lucros nos exercícios subsequentes. Tal entendimento encontra respaldo no disposto no artigo 189 da Lei 6.404/1976, combinado com a redação do artigo 30 da Lei 12.973/2014.

**17.6 Operações com partes relacionadas:** Refere-se a transação de vendas de ativos imobilizado para empresas coligadas.

**18. Receita líquida**

	2025	2024
Mercadorias vendidas	1.620.945	1.968.252
Reduções da receita	(143.933)	(164.034)
Impostos e taxas	(3.480)	(4.344)
Vendas canceladas	(1.473.532)	(1.799.874)
	<b>1.062.050</b>	<b>1.000.000</b>

A Companhia também acompanha suas vendas com base nos seguintes canais de vendas:

	2025	2024
Física	1.457.872	1.780.890
Digital	15.660	18.984
	<b>1.473.532</b>	<b>1.799.874</b>

**19. Custos dos produtos vendidos e despesas**

	2025	2024
Compras de mercadorias	(1.218.747)	(1.461.911)
Impairment de ativos	(201.338)	-
Bonificações e acordos comerciais	104.116	132.783
Despesas com pessoal	(198.775)	(220.441)
Despesas com aluguéis variáveis e bens de pequeno valor	(2.057)	(3.074)
Despesas com água, luz e telefone	(24.845)	(26.807)
Despesas com vendas	(32.428)	(35.832)
Despesas com marketing	(13.472)	(16.247)
Taxa administradora de cartão	(17.145)	(18.153)
Material de uso e consumo	(16.185)	(29.884)
Despesas com embalagens	(3.438)	(7.807)
Despesas com auditorias e consultorias	(503)	(1.127)
Despesas com viagens	(2.112)	(2.891)
Despesas tributárias	(4.506)	(4.141)
Provisão para contingências	22.752	22.722
Depreciações e amortizações	(54.326)	(56.832)
Ganho de capital - Venda de imobilizado	21.336	-
Outras receitas (despesas) líquidas	11.834	21.136
	<b>(1.635.252)</b>	<b>(1.718.606)</b>

**20. Resultado financeiro líquido**

	2025	2024
Receitas financeiras:		
Juros sobre impostos a recuperar	10.835	4.479
Receita de antecipação de recebíveis	2.561	3.238
Receita de juros	1.235	3.800
Receita de aplicação financeira	45	45
Descontos recebidos	149	50
Outras receitas financeiras	680	422
	<b>16.407</b>	<b>12.443</b>
Despesas financeiras:		
Despesas de juros sobre arrendamento (nota 13)	(19.323)	(21.897)
Despesas de juros e variação cambial sobre empréstimos (nota 15)	(5.700)	(8.329)
Despesas de juros - Outros	(3.126)	(2.158)
Descontos concedidos	(934)	(671)
Outras despesas financeiras	(29.586)	(33.401)
	<b>(38.669)</b>	<b>(46.256)</b>
	<b>(22.262)</b>	<b>(33.813)</b>

**21. Imposto de renda e contribuição social: 21.1 Saldos a recuperar e a recolher:**

	2025	2024
Ativo circulante		
IRPJ e CSLL a recuperar	763	-
Ativo não circulante	-	-
Imposto diferido	18.388	115.005
Passivo circulante	-	-
IRPJ e CSLL a recolher	-	830
Passivo não circulante		
Imposto diferido	29.350	20.760
IRPJ e CSLL a recolher	3.286	6.439
	<b>22.144</b>	<b>122.234</b>

**21.2 Conciliação do resultado do imposto de renda e da contribuição social:**

	2025	2024
Prejuízo (lucro) antes da tributação	(174.899)	60.310
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	59.466	(20.505)
Ajustes para alíquota efetiva	-	-
Reembolso de gastos para da Controladora (SMR) - Indedutíveis	-	(4.452)
Subvenção para investimento de ICMS	-	29.511
Multas	(484)	-
Ganho de capital em operações com controladas	(5.569)	-
Imposto diferido	(1.890)	(1.127)
SELIC sobre créditos tributários	3.684	193
Adições e exclusões permanentes	(141)	(774)
Imposto de renda e contribuição social efetivos	<b>(105.291)</b>	<b>3.977</b>
Alíquota efetiva	60%	7%
Corrente reconhecida por meio do resultado	(105.207)	(2.592)
Diferido reconhecido por meio do resultado	8.984	6.573
Receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social, líquido	<b>(105.291)</b>	<b>3.977</b>

**21.3 Movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos Adições (baixas) que afetaram resultado**

	2024	Ativo	Passivo	2025
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	15.254	(8.807)	6.447	-
Provisão para bônus e participação no resultado	961	(901)	60	-
Arrendamentos	11.363	(2.504)	26.143	(8.859)
Outros	(6.879)	9.523	2.644	-
Provisão de estoques	673	(295)	378	-
Prejuízo fiscal	93.826	(93.826)	-	-
Instrumento financeiro derivativo	(193)	193	-	-
Total do ativo fiscal diferido	<b>115.005</b>	<b>(96.617)</b>	<b>35.672</b>	<b>(18.388)</b>
Ágio	(20.760)	(8.590)	-	(29.350)
Total do passivo fiscal diferido	<b>(20.760)</b>	<b>(8.590)</b>	-	<b>(29.350)</b>
Total líquido	<b>94.245</b>	<b>(105.207)</b>	-	<b>(10.962)</b>

	2023	Ativo	Passivo	2024
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	23.048	(7.794)	15.254	-
Provisão para bônus e participação no resultado	1.157	(196)	961	-
Arrendamentos	9.306	(2.057)	8.253	3.110
Outros	339	(7.218)	(6.879)	-
Provisão de estoques	1.090	(41		

continuação

**Aos Acionistas e Diretores da Superpão Supermercados S.A. - Guarapuava-Paraná. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Superpão Supermercados S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Superpão Supermercados S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**  
pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias,

mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.  
Campinas, 28 de fevereiro de 2026  
KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027612/O-4 F  
Thiago Rodrigues de Oliveira  
Contador CRC 1SP259468/O-7

**VOCE FAZ A NOTÍCIA**

O Correio do Cidadão é todinho seu! E nossa missão é torná-lo o seu canal de comunicação com o Guarapuava e região. Nossas páginas serão o espelho da nossa cidade, e nada mais justo que você se veja e se reconheça aqui.

Então, se existe alguma notícia, denúncia ou história interessante em sua rua ou em seu bairro, nos avise!

**disk notícia**

**42 3304 3218**

E-mail: [redacao@correiodocidadao.com](mailto:redacao@correiodocidadao.com)

leia | assine | anuncie

Correio do Cidadão

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Ricardo Baldo Pacholek. Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 4440-5DA5-ACB2-81F0.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/4440-5DA5-ACB2-81F0> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4440-5DA5-ACB2-81F0



### Hash do Documento

4AA8FD30C3AE70826A08DFA4B0C56BA7B3A6E1D956DFADB7BC93D8E8D9FCBA66

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/04/2026 é(são) :

**Nome no certificado:** Andre Ricardo Baldo Pacholek em 17/04/2026 17:56 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital

### Evidências

**Geolocation:** Latitude: -24.0464 Longitude: -52.3828 Accuracy: 3297

**IP:** 172.16.4.11

**AC:** AC OAB G3

